



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

## **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos**

Inicialmente, importante esclarecer que a íntegra das reuniões do Conselho Administrativo está disponível em mídia eletrônica no site do Instituto, a qual todos podem ter acesso. Portanto, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição, sucinta, desta gravação. Todos os fatos ocorridos na reunião encontram-se registrados na mencionada mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos eventos.

Aos **quinze dias do mês de outubro de dois mil e dezoito**, às dezoito horas, na sala do Plenarinho da Câmara dos Vereadores, reuniram-se o Conselho Administrativo para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos. **Pauta do dia:** 1-Leitura dos ofícios expedidos e devolutivas; 2-Leitura dos ofícios expedidos e devolutivas; 3-Acompanhamento do Pró-Memória; 4- Estipular relatórios mensais que a Diretoria Executiva deva fornecer a este conselho de forma rotineira, conforme Reg. Interno; 5- Criação de uma comissão para estabelecer valores de litígio, acima dos quais será exigida a anuência prévia do Procurador Geral do Município; 6-Fundos "duvidosos" – apuração de gestores e conselheiros à época; 7- Dívida Previdenciária Patronal, apuração de gestores e conselheiros à época; 8-"Suposto" desvio de R\$ 9 milhões noticiado pela mídia nas últimas semanas. Guilherme iniciou a reunião apresentando -se com Presidente substituto do Conselho, ficando estabelecido ainda Reginaldo

como secretário. **Primeiro item da ordem do dia:** Aprovada a Ata da reunião ordinária de 17/09/2018. **Segundo item da ordem do dia:** Antes da leitura dos ofícios expedidos e recebidos, conselheira Eliete lembrou que havia sido pedido via protocolo ao Presidente do Instituto que sempre enviasse um servidor ou Diretor do Instituto nas reuniões ordinárias, aspecto pertinente segundo o Regimento Interno deste colegiado, para que se surgisse alguma dúvida, o Conselho poderia se informar rapidamente, todavia não houve comparecimento dos mesmos assim como justificativa do motivo de tais ausências. Foi lido os ofícios enviados pelo Conselho de Administração de números 003/2018 até 019/2018, com as respectivas devolutivas do Presidente. Tendo em vista que várias devolutivas careceram de respostas a contento, a secretaria fará novos encaminhamentos solicitando novas informações. Assim, em resumo constatou-se: em relação aos ofício que deveria ser encaminhado ao Prefeito solicitando providencias visto a preocupação com a vida econômica do Instituto frente a ausência de reposições de concursados, Eliete apresentou a resposta de outro oficio onde o Instituto já continha elementos para oficializar o Executivo apontando a situação delicada que a Pauliprev encontra-se, frente a ausência de concursos públicos, contratações via Cismetrio e número elevado de aposentadorias mensais, solicitando desta forma novo encaminhamento para a questão , visto o risco na manutenção do Pauliprev. Já em relação a questão da pré análise dos dados dos interessados na migração celetista/estatutário, o Conselho solicitou informações mais precisas, ou seja, uma nota conclusiva sobre a análise realizada. No oficio sobre a regularização do CRP, O Conselho solicitará informações mais abrangentes, ou seja, que seja apresentado todas as pendências existentes para a devida regularização e que ações vem sendo tomadas para que se regularize a CRP, ressaltando que o débito patronal somente apontado constitui-se



um dos vários aspectos existentes. Sobre a mudança do tipo de convênio junto a Prefeitura em relação a cessão de servidores municipais , o Conselho questionará a data que se findará a fase de transição dos servidos públicos municipais cedidos pelo órgão publico assim como senão se buscará a mudança do convênio, seguindo o que já vem ocorrendo em outros setores da municipalidade , ou seja, sem ônus de Rh para o Instituto. Quanto aos processos administrativos voltados aos servidores afastados do trabalho, porém que desenvolviam outras atividades laborais externas, o Conselho discordou do aspecto apontado que não haveria denúncia quanto a estes fatos, enfatizando que já estaria definido em reunião do ano anterior que se aguardaria somente a chegada dos Procuradores do Instituto para que tais procedimentos se iniciassem. Em relação a ciência dos contratos vigentes, verificou-se que a planilha apresentada apresentou dados contraditórios, o que fez o Conselho solicitar que a mesma fosse refeita para nova análise assim como questionará até quando se manteria os contratos de empresas especificas, visto a inserção de funcionários como contador, procuradores e auxiliar de limpeza. Sobre a FIPE, o Conselho questionará se o treinamento dos novos concursados ocorreu, se sim o nome do mesmo e se este está apto para as atribuições da compensação previdenciária, definindo assim um limite de 30 dias para encerramento do contrato, aspecto deliberado por unanimidade. Já em relação aos fundos DI CEF, Sandra lembrou que a Diretora Financeira teria anteriormente apresentado uma proposta de mudança, visto baixo rendimento, o que causou estranheza das conselheiras diante a mudança de colocação, uma vez que Marina solicitou que se faça alterações após a realização do censo previdenciário. Com relação ao site que se encontrava em construção, o Conselho questionará o prazo para implantação do novo site citado pelo Diretor Presidente, apesar de obter como resposta que

desconheciam a existência do site em elaboração na gestão anterior. Sobre o Projeto de Cargos e Salários dos novos concursados, o Conselho decidiu questionar a data prevista para o término desta elaboração, a ciência do colegiado e com isso sua implantação. Quanto ao questionamento sobre o número de servidores que já teriam ingressado no Instituto via concurso, considerando o número inferior de outros RPPS, estabeleceu-se que o Conselho questionará a data limite para convocação dos profissionais ainda faltosos ao quadro e data para devolução dos cedidos, caso não se efetive a mudança de convênio para cessão com a Prefeitura. Em relação ao questionamento de membros do comitê de investimentos participarem também do Conselho Administrativo e Fiscal, apesar do Conselho não contar com resposta oficial, Guilherme informou que foi informado pelo Diretor Presidente que de fato não é adequado tais participações, Reginaldo então explicou que tanto ele mesmo como Fabio, permanecem no comitê até o ingresso de novos membros substitutos, o que fará o Conselho questionar via novo ofício a data limite para nomeação de novos membros. Reginaldo então explicou que tanto o mesmo como Fabio permanecem no comitê visto a ausência de outros membros até o momento. O Presidente substituto ainda ressaltou que sobre o ofício questionando sobre a Lei 2568, no que se refere a questão de faltas por parte da Diretoria, diante da ausência de devolutiva, o Conselho reiterará através de outro ofício tal questionamento. No que se refere ao ofício que solicita informações sobre a alteração da Lei 18 e base previdenciária, obteve-se resposta que se encontrava em andamento e sem data limite para finalização. Sandra pediu a palavra e relatou quando de seu contato com o Prefeito, enquanto membro da comissão formada pelo Sindicato, o Secretário de Negócios Jurídicos, entregou à Claudia do Sindicato, uma cópia de um anteprojeto de Lei de alteração da mesma, que deverá contar com ampla

discussão com o servidor, a partir de um cronograma a ser elaborado. Outro ofício discutido, referiu-se ao questionamento sobre o tempo mínimo para mudança de carga horária x aposentadoria, o qual foi respondido que tal assunto será contemplado quando da mudança da Lei 18. A seguir Eliete citou que observando o vídeo da reunião anterior, verificou que 4 ofícios não teriam sido efetivados, sendo eles: andamento do Tac sobre a paridade (2017); se teria ocorrido a rescisão da empresa Certame conforme deliberação do Conselho; o balanço geral das visualizações e cronograma de ações, da Assessoria de Imprensa, LDB e Certame e os motivos pelos quais não teria sido cancelado a licitação para locação de computadores, aspecto este respondido pelo Guilherme que o mesmo não teria sido efetivado porque retomou-se o processo licitatório. Assim estabeleceu-se que os três assuntos seriam providenciados ofícios endereçados ao Diretor Presidente. Tanto os servidores presentes na reunião, bem como conselheiras Sandra e Eliete, pediram presença do Diretor do Instituto nas reuniões deste Conselho. Vários servidores manifestaram-se citando das dificuldades das obtenções de respostas, devolutivas incompletas, portanto do desrespeito a todos. Cláudia Presidente do Sindicato apresentou a importância da proporcionalidade, ressaltando o Projeto do Vereador Tiguilá, o qual manifestou que há uma ação de iniciativa pública, onde se prevê a administração do Pauliprev por servidores de carreira do município. Lidos também os ofícios recebidos enviados pelo Diretor Presidente sobre i) o parecer dos Procuradores do Instituto sobre o local das reuniões do Conselho e presença e participação dos servidores em reuniões. Neste assunto Sandra lembrou a efetivação de uma liminar para que voltasse a ocorrer as reuniões nos dias, locais e horários pré-estabelecidos em reunião ordinária, questionando o Presidente substituto sobre qual parecer o mesmo acataria, tendo a devolutiva que acataria a

do juiz. Reginaldo neste momento lembrou que as reuniões poderão ocorrer nas datas previamente estabelecidas até novembro. Destacou-se as várias manifestações dos servidores presentes; ii) sobre o boletim de ocorrência relatando que a porta principal do Instituto foi encontrada aberta durante a noite no dia 28 de setembro do corrente ano. O servidor Nelson então pediu a palavra e relatou que estaria no Instituto quando ouviu a explicação do técnico, apresentando então as considerações deste profissional. Guilherme ainda citou que foi criado um *check list* para que situações como estas não voltem mais ocorrer. Foi ainda sugerido a abertura de sindicância para verificação da irresponsabilidade do funcionário que teria deixado a porta aberta; iii) balancete de agosto/2018 foi enviado ao Tribunal de contas; iv) devolutiva às conselheiras quanto a apresentação de ata pelas mesmas que deliberou sobre a necessidade de se apresentar 3 orçamentos quando da aquisição ou contratação de prestadores de serviços. Sandra lembrou que o colegiado é deliberativo, ressaltando ainda o histórico do Conselho em relação a este assunto, finalizando realizando a leitura do Regimento Interno que aponta tal atribuição do Conselho; v) que se evite protocolado individual de conselheiro e sim em nome do colegiado, tendo como referência os três ofícios protocolados pela conselheira Eliete. Sandra lembrou que as conselheiras estariam apenas seguindo as orientações do próprio Diretor Presidente que teria solicitado anteriormente que todas as dúvidas fossem apresentadas via protocolo. Neste assunto o Conselho deliberou que qualquer conselheiro poderá entrar com seu protocolo, mas em seu próprio nome. Sandra deferiu críticas ao Prefeito no que diz respeito ao Diretor Presidente, por ele indicado, para comandar o Instituto; vi) ofício recebido com a proposta da Política de Investimento para ano 2019, a qual será analisada em reunião extraordinária em 22/10/2018 e deliberada até a reunião de

29/10/2018. Neste assunto conselheira Nara sugeriu que se conhecesse o fluxo de caixa (gastos fixos) por 6 meses, para ajudar na decisão nos investimentos futuros. **Terceiro item da ordem do dia:** item prejudicado em razão do tempo que demandaria e postergado para próxima reunião. **Quarto item da ordem do dia:** Quanto aos relatórios gerencias, foi formada uma comissão composta por Nara, Eliete e Marcelo, que se reunirá no Instituto dia 24/10/2018, juntamente com o Controlador Interno do Instituto, e que proporão ao Conselho Administrativo um modelo a ser desenvolvido. Eliete sugeriu a realização de Portaria nomeando tais membros. Paralelamente, Nara enfatizou a importância que fizessem o primeiro relatório enquanto a Comissão criasse o modelo para o mesmo. Diante do impasse realizou-se votação e deliberou-se diante dos votos pela maioria pelas duas ações concomitantemente. Eliete expôs da pesquisa realizada junto a RPPS que se destacaram pelas boas práticas na área, sugerindo então que os demais membros do Conselho, pesquisassem outros Institutos para verificarem outros modelos de relatórios em vigor, se colocando a disposição para repasse de tais contatos. A servidora Débora pediu a palavra e sugeriu o levantamento no local, com nome e contato telefônico dos presentes, para eventuais contatos, na busca de apoio às ações lideradas pelas conselheiras, o que foi efetivado no momento da reunião. **Quinto item da ordem do dia:** Quanto ao assunto para estabelecer valores de litígio, postergou-se para reunião de 29/10/2018, pois ainda não temos informações para deliberação. **Sexto item da ordem do dia:** A apuração dos investimentos duvidosos, realizados em gestões anteriores a 2017, foi solicitada pelo conselheiro Valmir, sugerindo que o Instituto seja notificado para realizar um levantamento detalhado, informando datas, responsáveis pela aprovação do investimento, valores aplicados e em quais instituições foram feitas as

aplicações. Conselheira Sandra lembrou que já havia sido autorizado a presidência anterior a contratar auditoria externa para realização desta tarefa (reunião ordinária de 24 de outubro 2017) completando ainda que o Sr. Guimarães teria realizado denúncias junto ao Ministério Público inclusive acrescentando as denúncias de Iria, apresentando desta forma elevado número de documentos pertinentes. Sandra ainda expos que o ex Presidente do Conselho, teria ficado de agendar uma reunião com o consultor de investimentos conforme reunião do dia 3 de Outubro com o servidores, visando detalhar todos os investimentos "podres", portanto enfatizando assim a importância e necessidade de se honrar a palavra. Iria pediu a palavra e relatou toda a trajetória durante seu mandato enfatizando as dificuldades enfrentadas, sendo que ela própria teria denunciado junto ao STS, Ministério Público Federal, Ministério da Previdência Social em Brasília, Campinas, Polícia Federal e o Ministério Público em Paulínia (neste último teria solicitado intervenção) todos os investimentos fraudulentos, gerando a abertura da CPI, através do Vereador Tiguilá, o qual vem acompanhando o andamento dos processos (estão em fase de investigação). Finalizando Iria expressou que os maiores responsáveis pela situação atual da Pauliprev são os próprios servidores, ressaltando a importância da união, de apoio as conselheiras. O Vereador Tiguilá pediu a palavra e apresentou em linhas gerais o processo da CEI, sobre o débito patronal e a cobrança a ser voltada aos ex Prefeitos. Servidores manifestaram-se citando que de fato os mesmos foram omissos, porém não foi citado que foram ameaçados a realizar a migração, enfatizando que o Sindicato da época deveria ter melhor avaliado tal questão. Reginaldo ainda lembrou da nova migração em 2011, enfatizando que mais uma vez não ocorreu o impacto atuarial. O servidor Martins pediu a palavra e relembrou que deveria ter realizado



reunião dos GM e Procuradores do Instituto, apresentando assim as dificuldades desta categoria frente aos "cortes" de salários, questionando a defesa precária do Instituto neste caso. Com isso Guilherme solicitou que o mesmo o contatasse posteriormente para verificação de novo encaminhamento. **Sétimo item da ordem do dia:** Quanto a dívida patronal, que em administrações anteriores não repassaram ao Instituto, hoje totalizando cerca de R\$ 70 milhões, conselheiro Valmir solicitou que o Instituto seja citado para que se apure e cobre dos gestores da época via judicial. **Oitavo item da ordem do dia:** Conselheiro Valmir informou que não houve desvio de R\$ 9 milhões em investimento fraudulento, pois o repassasse da Prefeitura foi aplicado como de costume na Caixa Econômica Federal, fundo DI, concluindo que a denúncia foi infundada e deverá ser apurada a responsabilidade do denunciante. Com isso solicitou que o Instituto fosse oficializado visando apresentarem documentação originária da denúncia, se ocorreu documentação fraudulenta, sendo complementado por Eliete que gostaria também de ter ciência da devolutiva do MP sobre tal ação. Conselheira Sandra informou que não foram as conselheiras eleitas que provocaram a referida denúncia, explicando ainda que o MP entrou em contato com as mesmas solicitando que acompanhássemos um oficial de Justiça para busca e apreensão de documentos no Instituto, determinando dia e horário. No entanto, Sr. Sergio só autorizou o acompanhamento da conselheira Ligian com o oficial de Justiça. A conselheira ainda enfatizou que se efetivou uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público. Conselheiro Guilherme informou que a Presidência do Instituto solicitou a participação de dois conselheiros eleitos para participarem do Congresso da Abipem, a ser realizado nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2018, em Brasília. Os interessados que puderem participar deverão informar o nome até o dia 19/10/2018. Não havendo mais nada a ser tratado ou

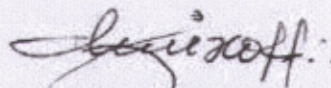


**Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia**

PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DATA: 15/10/2018 – 18 HORAS  
LOCAL: SALA PLENARINHO DA CÂMARA DOS VEREADORES

1. Leitura da ata da última reunião
2. Leitura dos ofícios expedidos e devolutivas;
3. Acompanhamento do Pró-Memória
4. Estipular relatórios mensais que a Diretoria Executiva deva fornecer a este conselho de forma rotineira, conforme Reg. Interno;
5. Criação de uma comissão para estabelecer valores de litígio, acima dos quais será exigida a anuência prévia do Procurador Geral do Município;
6. Fundos "duvidosos" – apuração de gestores e conselheiros à época;
7. Dívida Previdenciária Patronal, apuração de gestores e conselheiros à época; e,
8. "Suposto" desvio de R\$ 9 milhões noticiado pela mídia nas últimas semanas.

Paulínia, 10 de outubro de 2018

  
GUILHERME HOFF

Presidente Substituto - Conselho Administrativo



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**  
**15 de Outubro de 2018 - 18:00 horas - Plenarinho Câmara**

**Reunião Ordinária**

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ELIETE MARIA DA SILVA	
2	GUILHERME HOFF	
3	MARCELO AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA	
4	NARA MARTINS MORETTI	
5	REGINALDO NAVES	
6	RODRIGO SALVIANO DE SOUZA	
7	SANDRA ARIADNE CASASSA	
8	VALMIR BRUSTOLIN	
9		